

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1093>



# Para o estudo sociológico dos fenômenos políticos: encaminhamentos de uma agenda de pesquisa

For the sociological study of political phenomena:  
Guidelines for a research agenda

Para el estudio sociológico de los fenómenos políticos:  
orientaciones para una agenda de investigación

Igor Gastal Grill\* 

Eliana Tavares dos Reis\*\* 

## RESUMO

Os argumentos desenvolvidos neste artigo estão orientados por três intentos primordiais e interconectados. O primeiro, e mais geral, insta a uma espécie de trégua às demarcações disciplinares mais rígidas em benefício das potencialidades heurísticas de se recuperar a unidade das ciências sociais, nos termos concebidos por Pierre Bourdieu, para o estudo de dinâmicas de luta e dimensões políticas da vida social. O segundo, é apresentar recortes e procedimentos considerados eficientes a uma agenda de pesquisa voltada ao estudo sociológico de fenômenos políticos. Para tanto, partimos de temas canônicos (instituições, representação, Estado, políticas públicas, partidos e engajamentos militantes) para ponderar sobre como eles podem ser apreendidos e tratados nos marcos de uma sociologia política de inspiração bourdieusiana. E, o terceiro, é propor alguns ajustes (brevemente pontuados) de uma vertente analítica francesa à análise de configurações sociais discrepantes daquela que a inspirou, em termos de critérios de hierarquização social e de legitimação das práticas de intervenção.

**Palavras-chave:** Sociologia Política, unidade das ciências sociais, Pierre Bourdieu.

\* Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

Doutor em Ciências Sociais e Professor Titular no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA. E-mail: igorgrill@terra.com.br

\*\* Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

Professora e pesquisadora vinculada ao Departamento de Ciências Sociais (DESOC) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da UFMA. E-mail: eliana.reis@ufma.br

## Abstract

Three primary and interconnected aims guide the arguments developed in this article. The first, and most general, calls for a kind of truce in rigid disciplinary boundaries, for the benefit of the heuristic potentialities of reclaiming the unity of the social sciences, as conceived by Pierre Bourdieu, for the study of dynamics of struggle and political dimensions of social life. The second aim is to present frameworks and procedures deemed effective for a research agenda focused on sociological studies of political phenomena. To this end, we draw on canonical themes (institutions, representation, the state, public policies, political parties, and activist engagement) to reflect on how they can be approached within the framework of a Bourdieusian-inspired political sociology. The third aim is to propose some brief adjustments to a French analytical tradition, for better analyzing social configurations that differ from the context in which it was originally developed, particularly in terms of criteria for social hierarchy and legitimation of intervention practices.

**Keywords:** Political sociology, unity of the social sciences, Pierre Bourdieu.

## RESUMEN

Los argumentos desarrollados en este artículo se guían por tres objetivos principales e interconectados. El primero, y más general, insta a una especie de tregua en las demarcaciones disciplinarias más rígidas en favor del potencial heurístico de recuperar la unidad de las ciencias sociales, tal como la concibió Pierre Bourdieu, para el estudio de las dinámicas de lucha y las dimensiones políticas de la vida social. El segundo consiste en presentar enfoques y procedimientos considerados eficaces para una agenda de investigación centrada en el estudio sociológico de los fenómenos políticos. Para ello, partimos de temas canónicos (instituciones, representación, Estado, políticas públicas, partidos y compromisos militantes) para considerar cómo pueden ser aprehendidos y tratados en el marco de una sociología política inspirada en Bourdieu. Y el tercero consiste en proponer algunos ajustes (brevemente esbozados) desde una perspectiva analítica francesa al análisis de configuraciones sociales diferentes a la que la inspiró, en términos de criterios de jerarquía social y legitimación de las prácticas de intervención.

**Palabras clave:** Sociología política, unidad de las ciencias sociales, Pierre Bourdieu.

## Introdução

Os processos de composição das disciplinas e das suas subdivisões são delineados nas relações de concorrência ou de imbricação entre as ciências sociais e destas com a história, o direito, a filosofia, a literatura, o jornalismo, a economia e até mesmo com os domínios políticos (Estado, burocracia, parlamento etc.). As áreas de intersecção ou de fusão têm alcance e relevância variáveis nos meios e nas hierarquias acadêmicas, sendo suas balizas – sempre móveis no tempo, nos conteúdos, nos princípios de legitimação etc. – esboçadas nas rivalidades e alianças entre expoentes mais ou menos notabilizados, inscritos em dinâmicas históricas e disciplinares específicas. Apesar de não examinarmos configurações de luta desse tipo, tais considerações são primordiais à orientação da discussão desenvolvida neste artigo.

Sabe-se que são muitos os rótulos acionados para classificar a especificidade de um ponto de vista disciplinar relativamente à análise dos fenômenos políticos: “sociologia política” ou “da política”, “antropologia política” ou “da política” são alguns. Entretanto, antes que uma tomada de posição sobre qual deles é o mais adequado, apostamos aqui na identificação de elementos que informam a serventia do modelo analítico concebido por Pierre Bourdieu e equipe no intento de recuperar a unidade das ciências sociais. E, por esse intermédio, pensamos ser possível engendrar recortes e procedimentos eficientes à reflexão sociológica multidimensional da política.

Por coerência ou inapetência, este não é um texto didático nem bibliográfico. Não definimos conceitos, propomos exemplos práticos ou fazemos uma revisão exaustiva de autores e abordagens consagradas visando oferecer um “mapa” dos debates existentes em uma ou em todas as ciências sociais nacionais ou internacionais.<sup>1</sup> Buscamos, isto sim, o apoio na tradição de estudos desenvolvida entre pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre as relações de dominação social e as bases de legitimação de representantes e que definiram o seu trabalho como uma *sociologia política*, principalmente respaldados no esquema analítico bourdieusiano.

Nas ciências sociais brasileiras, observamos algumas recorrências nos esforços de sustentar essa etiqueta com vistas à afirmação das distinções disciplinares. De um lado, historicamente, sociólogos e sociólogas têm contado com a autorização dos aportes e acúmulos da disciplina fundadora das ciências sociais ao tratamento de todas as esferas ou dimensões

---

<sup>1</sup>Existe uma quantidade abundante de compêndios dedicados a isso, que podem ser consultados.

do mundo social, incluindo as “políticas” ou dos “políticos”. Assim, a “sociologia política” é reivindicada para defender a anterioridade da área nessa designação. Com amparo em autores reconhecidos,<sup>2</sup> a tendência é acentuar o primado da estruturação das sociedades e dos processos históricos nas mudanças dos expedientes de interpretação das práticas, conjunturas e administrações políticas.<sup>3</sup>

De outro lado, cientistas políticos demandam competência à investigação da ordem que institui a sua condição de existência e campo de pesquisas, concebido como autônomo e independente dos demais. Entre eles, alguns, atraídos pela expressão social e histórica dos seus objetos (mas atentos na proteção de suas fronteiras), aceitam “ceder” ao “cunho” sociológico para cotejar variáveis “externas” ou “não propriamente políticas” (no sentido estritamente institucional). Eventualmente, vem à tona o argumento de que é preciso evitar um duplo equívoco: do “politicismo” da ciência política, que reduz a análise à mobilização de “variáveis políticas”; e o do “sociologismo” da “sociologia da política”, que confia demasiadamente no peso das “variáveis sociais”.<sup>4</sup>

No outro extremo, temos o acesso por uma “antropologia da política”, esteada na “reintrodução da dimensão sociológica” (Palmeira & Goldman, 1996, p. 7) e nos questionamentos de antropólogos de várias origens e gerações<sup>5</sup> sobre a universalidade das instituições políticas ocidentais (raramente inquirida por sociólogos e cientistas políticos). Problematizando as “definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte dos outros” (Palmeira & Barreira, 2006, p. 9), essa agenda estimula a expansão do olhar às múltiplas formas de relações sociais/sociabilidades (parentescos, amizades, vizinhança, pertencimentos religiosos, clubísticos etc.) e percepções vigentes em cada universo empírico. Para isso, novamente, a utensilagem sociológica não é ignorada e propicia alinhar a apreensão de como as diferentes formas de organização e lógicas sociais se influenciam reciprocamente.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> Como Reinhard Bendix, Seymour Lipset, Barrington Moore, Anthony Giddens e Thomas Bottomore.

<sup>3</sup> Elisa Reis (2015, 1996) e André Botelho (2011) exemplificam esse esforço.

<sup>4</sup> Esse posicionamento de Sartori (1969) foi reabilitado por Perissinotto (2004) e Costa *et al.* (2021).

<sup>5</sup> Como Edmund Leach, Georges Balandier, F. G. Bailey e Marc Abélès.

<sup>6</sup> Ver Bezerra e Grill (2017).

Pelo exposto, não é incorreto indicar que, *grosso modo*, esses vieses acionam ferramentas e diretrizes sociológicas para enfocar a “política”, mesmo que com ênfases e direções dessemelhantes. No entanto, acomodações dessa espécie são produto de tensões por jurisdições, sem desenlaces definitivos, que trazem à superfície obstáculos difíceis de serem transpostos. Por isso, vale realçar dois conjuntos de sobreavisos introdutórios no sentido de reforçar nossa vigilância.

Em primeiro lugar, como mencionamos no primeiro parágrafo, o fato de que as categorizações e as ramificações do conhecimento são resultantes provisórios de jogos que ocorrem em distintos e interdependentes níveis. Elas ganham sentido em conjunções e conforme desdobramentos de competições (no sentido eliasiano), que dependem da composição social e política das áreas, bem como do estágio das disputas (nem sempre rigorosamente acadêmicas e científicas) em torno de temáticas e questionamentos legítimos. Conjuga-se a isso a admissão de que essas batalhas produzem efeitos implacáveis na distribuição das posições de cientistas sociais, de temáticas, de objetos privilegiados e, também, de instituições, em uma hierarquia relacional e desigual. E assim são forjadas as prescrições a partir das quais pensamos, transmitimos e praticamos nossas atividades e colaboramos na produção/reprodução dos seus ranqueamentos (das posições acadêmicas e políticas dos seus porta-vozes).

Em segundo lugar, para além dos nominalismos, obstáculos práticos se impõem aos raciocínios empenhados em solucionar os desafios relacionados à circunscrição, embasamento e filiação de selos ou especializações como sendo estritamente de uma das três áreas de conhecimento. Usualmente, três esteios são assentados para discriminar as singularidades fronteiriças desses empreendimentos: fixar seu objeto particular, anunciar as teorias seguidas e apresentar as estratégias metodológicas utilizadas. A fragilidade da delimitação pelo “objeto” estudado reside no fato de que, assim como os demais objetos das ciências sociais, os fenômenos políticos são histórica e socialmente constituídos. E as etiquetas disciplinares – inevitavelmente discrepantes, inconstantes e fugidias – modificam-se no tempo e no espaço em função das posições e oposições entre seus porta-vozes. Logo, não são permanentes os domínios, as lógicas, as questões consideradas pertinentes e nada daquilo que, em um determinado momento e lugar, é entendido como sendo “a política” e “o político”.

Muitas das vezes, os argumentos para evidenciar a significância de uma forma própria de lidar com os fenômenos políticos vêm sob a égide de perspectivas teóricas célebres, orientadoras do exercício de construção dos objetos. Nesse caso, um entrave geral é o de reivindicar exclusividade disciplinar no uso de autores (que nem sempre comungam das mesmas adesões e distinções) sem perder em coerência ou ser compelido a invocar o artifício da “inter” ou “multidisciplinariedade”. Ao que se somam as tentativas de contornar as divisas por meio da inscrição em “escolas” e referências inelutáveis (“unanimidades”), como se tivessem o mesmo grau de importância em todos os contextos, sem atinar que, invariavelmente, os referenciais axiomáticos são fruto de arranjos arbitrários, com extensão e amplitude finitas. E, afinal, não é custoso incorporar a salutar precaução quanto aos limites das apropriações tão importantes para certificar adesões analíticas. Pois, tomadas como se fossem trans-históricas, transnacionais ou transculturais, elas podem colaborar para o *desconhecimento* acerca dos mecanismos arbitrários, dos usos desenraizados das junções disciplinares e de suas adjetivações, mormente no que diz respeito aos seus impactos na produção de conhecimento sobre o mundo social que nos cerca.

E ainda há, como caminho eventualmente seguido para justificar e fundamentar o poder explicativo da subdisciplina sob a regência de uma das três áreas das ciências sociais, a salvaguarda de metodologias dominantes e a priorização de certas técnicas, comumente derivadas da oposição entre quantitativismo *versus* qualitativismo. Embora o recurso a essa dualidade pareça eficaz à comprovação de *dona ac talenta* dos seus praticantes, e até instrumental ao recrutamento de pesquisadores neófitos (disponíveis ao encantamento pelo aprendizado de pacotes de objetivação estatística, pela iniciação etnográfica, pelo perfilamento de vultos da política, e assim por diante), pode-se cogitar que o seu poder de sedução é proporcional ao de esterilização de aspirantes à carreira.

Imbricar aquilo que foi historicamente compartimentalizado mereceria a admoestação de ser uma tarefa extremamente pretensiosa (e inalcançável) de síntese entre regimes disciplinares;<sup>7</sup> e a reprimenda ao ecletismo é acertada. O que não significa recusar as comunicações profícuas e contribuições de

---

<sup>7</sup> No sentido sintetizado por Heilbron, como “regime intelectual” que “demarca áreas de território acadêmico, nos quais são alocadas prerrogativas e responsabilidades de *expertise*, a partir das quais estrutura-se a reivindicação de recursos” (2004, p. 26), segundo processos, condicionantes e contextos variáveis.

cientistas sociais com os mais sortidos perfis e filiações, que avançaram na compreensão da ordem política do mundo social, sem sucumbir às polivalências ou pretensões enciclopédicas. A pesquisa nas ciências sociais conta com suportes de conhecimentos “clássicos” e “contemporâneos”, indistintamente sedimentados como *fundo comum de conhecimento* (Elias, 1997). Eles são notabilizados, transmitidos e podem ser manejados da forma mais ampla possível, independentemente da área ou subárea de adesão. Por isso, interesses e recortes ao estudo da “política” são mais prósperos quando extraem das lições acumuladas as noções e dimensões passíveis de serem fartamente exploradas.

Tentando escapar de ser mais um parecer sobre quais são os termos preferíveis à qualificação mais adequada a um abrigo disciplinar específico, a rota a ser seguida pode ser tracejada dos desdobramentos das configurações históricas (à la Elias, Tilly, Moore Jr., Bendix...) aos condicionantes de hierarquização e de legitimação sociais (fulcral no esquema bourdieusiano), passando pela observação das interações (na esteira de Goffman, Becker, Bailey, entre outras). E, nesse programa de investigação, os instrumentos de objetivação empírica consolidados na sociologia, na antropologia, na ciência política e na história, com as devidas costuras, são inseparáveis.<sup>8</sup>

Na linha de largada, estão as “conexões conceituais entre problemas” (Weber, 1979, p. 83), a partir das quais podemos compreender tanto as atividades políticas especializadas (histórica e socialmente constituídas) como outras tantas portadoras de sentidos e significados políticos. Pois, seguindo nessa trilha, torna-se exequível abarcar as práticas tidas como propriamente políticas, politicamente válidas e politicamente condicionadas, no encaixo de Weber (1979, p. 80).<sup>9</sup> E as ferramentas de análise aquilatadas a partir de Bourdieu proporcionam desfechos robustos à apreensão orquestrada de recursos, estratégias, relações e ações – mesmo que, insistimos, precisem ser lapidadas à focalização de configurações sociais contrastantes daquela na qual foram erguidas. No final das contas, esse autor condensa um arsenal analítico colocado na mesma sintonia, e esse ganho é coletivo.

---

<sup>8</sup> Portanto, não há espaço para “monomaníacos das distribuições estatísticas, ou da análise de discursos, ou da observação participante, ou da entrevista livre [...] ou em profundidade, [...] ou da descrição etnográfica etc.”. Espécies de monoteísmos, mistos de adesão irrefletida a determinada técnica de análise e de condenação de outras por absoluto desconhecimento, que fornecem “à arrogância da ignorância a aparência de um fundamento metodológico” (Bourdieu, 1989a, p. 25).

<sup>9</sup> Embora não haja consenso, um conjunto significativo de discussões foi realizado nesse sentido. Vale destacar: Braud (2006), Lagroye (1997) e Cot e Mounier (1976).

Antes que a combinação de disciplinas ou áreas passíveis de serem mais ou menos encaixadas, o que importa é a construção e a operacionalização de objetos sociológicos e históricos nas suas *multidimensionalidades* e *interdependências*. É nisso que reside uma especialização produtiva, ou seja, em que áreas, profissionais e redes de pesquisas altamente especializadas se solidificam em prol de uma “divisão científica do trabalho” – fundamento da especialização de campos de investigações –, e não da “divisão real do real” – fundamento de uma epistemologia empiricista *naïf* (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 2004, p. 46).

## Temas canônicos e unidade das ciências sociais

Há bons motivos para reconhecer a interdependência da “política” com os demais domínios do espaço social e princípios de funcionamento, bem como a *mutiposicionalidade* dos agentes envolvidos em contendas políticas.<sup>10</sup> E, sendo frágeis os alicerces às alegações de monopólios às interrogações sociológicas dos fenômenos políticos e ao decreto de peculiaridade “da política” ou “do político” *vis-à-vis* os demais fenômenos sociais, tudo leva a crer que cientistas sociais dedicados à ambição de explicar papéis, instituições e comportamentos políticos partilham de um mesmo regime epistemológico,<sup>11</sup> conferido pela concentração de ganhos oriundos de todas as áreas de conhecimento das ciências sociais. É esse o veio que seguimos. E, mesmo não havendo dúvidas quanto à envergadura do edifício erigido por Bourdieu e equipe, podemos reafirmá-lo como via principal para “restaurar, na análise científica, a unidade de práticas, quase sempre apreendidas de modo disperso e separado por ciências diferentes” (Bourdieu, 2020, p. 24).

Sabe-se que há temas e problemas nas ciências sociais que são “multidisciplinares” e multifacetados. As ideias de *instituições* e *representações*, com ressonâncias nas explicações sobre *Estado*, *políticas públicas*, *organizações* e *engajamentos políticos*, são paradigmáticas. Seja como conceitos ou tópicos políticos, trata-se de focos tradicionais e objetos

<sup>10</sup> Desenvolvemos o argumento em produções anteriores (Grill & Reis, 2016; Reis & Grill, 2023).

<sup>11</sup> Nos termos de Passeron (1995), independentemente das escalas e periodizações adotadas, partilham a mesma “fenomenalidade”: o curso da história das sociedades, a partir da qual constroem seus objetos; enfrentam os mesmos obstáculos (como a impossibilidade de consolidação de paradigmas e nomologias); e atuam em disciplinas institucionalizadas via trocas cruzadas de linguagens/técnicas de descrição de configurações históricas particulares.

(de disputa) compartilhados. Por isso, propomos tomá-los como eixos ao propósito de demonstrar o terreno mútuo de floração de problemáticas sobre as quais as ciências sociais devem se ocupar de forma unificada e, assim, confirmar a força analítica de conciliar níveis de análise, influências teóricas e instrumentos de objetivação comuns.

## Instituições e representações

O conceito de *instituição* se consolidou como um dos mais nevrálgicos e controversos das ciências sociais. Nas proposições weberianas, ela é caracterizada como um tipo de associação marcada pela continuidade na perseguição de determinados fins, com quadro administrativo, racionalmente estatuída e na qual a vigência das ordens é predominantemente impessoal.<sup>12</sup> Enquanto na tradição durkheimiana ela se constitui no próprio objeto da sociologia. Dotadas de certos caracteres como coercitividade e exterioridade aos indivíduos, as *instituições* adquirem uma significação tão elástica que encobre qualquer fenômeno coletivo (das superstições às constituições).<sup>13</sup>

Em comum, as duas definições nos conduzem a pensar sobre formas de organização, práticas e classificações que se instituem como transcendentais aos seres que as constituem e reproduzem. Quer dizer, perduram como “realidades” estabilizadas no tempo, propagam-se no espaço e se impõem por intermédio de crenças e sentidos que lhes conferem existência (evidência) e validade (legitimidade). Sendo assim, aplicam-se ao Estado, às categorias sociais (econômicas, religiosas, políticas, profissionais, etárias, nacionais, regionais, de gênero, ideológicas...), às *instituições totais*,<sup>14</sup> entre outras.

Consequentemente, *instituições* qualificadas como políticas abrangem toda a configuração estatal (os denominados poderes executivos ou governamentais, burocráticos ou administrativos, parlamentares ou legislativos, judiciários, militares, policiais e suas instâncias de ação) e as empresas coletivas (partidos, sindicatos, grupos de interesse, movimentos sociais etc.) constituídas nas competições políticas. Mas também uma gama

---

<sup>12</sup> A noção de *instituição* consta nos conceitos sociológicos fundamentais sistematizados em Weber (1987).

<sup>13</sup> Fauconnet e Mauss (2001) traçaram, em grandes linhas, essa perspectiva.

<sup>14</sup> Na acepção consagrada por Goffman (1999).

de *modos de classificação* instituídos socialmente. Em outros termos, a noção contempla, a um só tempo, instituições políticas *stricto sensu* (objetivadas em prédios, documentos, leis, monumentos, siglas e assim por diante) e *lato sensu* (categorias sociais instituídas, naturalizadas e incorporadas em processos de socialização).

A atenção ao encontro de histórias reificadas (feito coisas) e incorporadas (feito corpos), recomendada por Bourdieu (1989b) e equipe, repercutiu entre cientistas sociais franceses, que colaboraram no aperfeiçoamento de um vasto programa de investigações sobre *instituições políticas*,<sup>15</sup> abordadas em sua dupla face (Gaïti, 2006): por serem o resultado dos mais variados investimentos práticos e simbólicos de agentes empenhados em inventá-las, interpretá-las, reformá-las, subvertê-las; e por sua capacidade de produzir ou de redirecionar práticas, comportamentos, escolhas, dileções, visões de mundo e identidades (Dulong, 2021). À vista disso, são fundamentais os empreendimentos numa *história social das instituições*, que não descuide da história daqueles e daquelas que nelas investem e que por elas são investidos (Muel-Dreyfus, 1983).<sup>16</sup> Para tanto, a identificação das disposições e das propriedades sociais dos agentes é preocupação sociologicamente relevante e com desdobramentos complexos.<sup>17</sup>

A existência de “realidades” instituídas na forma de *organizações burocráticas* (no sentido weberiano) e de *esquemas de classificações* (na acepção durkheimiana) é dependente do trabalho concorrencial de agentes em e por posições de *representantes*. Marx e Engels (1993, p. 45) alertaram que, em certo estágio da divisão do trabalho, emergem personagens que “representam realmente algo sem representar algo real”. Longe de significar um veredito acerca da artificialidade do trabalho de representação, a ponderação insta a sondar sobre o lugar ativo de “homens em carne e osso” que ocupam essas posições (Marx & Engels, 1993, p. 37) e a caracterizá-los socialmente. Acenando, ainda, à performatividade da representação

---

<sup>15</sup> Algumas importantes coletâneas devem ser mencionadas à consulta: Lagroye e Lacroix (1992) e Lagroye e Offerlé (2011).

<sup>16</sup> Para a assimilação desse raciocínio e pesquisa magistral que o operacionaliza, ver Boltanski (1982).

<sup>17</sup> Entre as apropriações específicas aos estudos das “instituições políticas”, podemos citar o trabalho de Dulong (2021), que combina essas diretrizes com outras orientações analíticas primordiais à compreensão das lógicas e dinâmicas da atuação política na França. No Brasil, discussões sobre as possibilidades de operacionalização da ideia de *instituição* em pesquisas sobre militares e empresários encontram-se em Seidl e Barreiros (2024) e, sobre operadores do direito, em Engelmann (2017).

do real que eles fornecem, que, de certo modo, coaduna-se às proposições weberianas sobre os especialistas responsáveis pela gestação/gestão de discursos, valores, artefatos e seus sentidos conferidos nas relações sociais e de dominação (Weber, 1987).

As diretrizes bourdieusianas avançaram no refinamento das noções de *representação* e de *representante*, bem como abriram o leque de indagações sobre: papéis dos porta-vozes; objetos de disputa; trunfos acionados; relações estruturais e estratégicas com os representados e com as organizações em nome das quais falam; capacidades performativas de fazer existir grupos, categorias e problemas sociais; e assim por diante.<sup>18</sup>

Para escorar um pouco mais os encaminhamentos analíticos até então suscitados, retoma-se, a seguir, algumas sínteses de como orientações do modelo geral permitem deslindar questões transversais às ciências sociais, mormente no que tange a “temas políticos” canônicos. Para cada tópico (a serem lidos como desdobramentos uns dos outros e não como unidades particulares), contemplam-se breves sugestões de flexibilizações ao amoldamento das características a configurações “extra ocidentais”.

## Estado e ciências sociais

Em livro publicado após sua morte, Bourdieu (2009) assegura que é preciso conceber o Estado como uma *instituição* que consegue, com eficácia imensurável, impor e inculcar quadros sociais de percepção e de classificação. Pois, entre os poderes monopolizados, está o de *produção* e de *reprodução* da ordem simbólica, ou daquilo que Durkheim chamou de *conformismo lógico*, que atinge seus próprios estudiosos e analistas. Por isso, uma questão crucial é conseguir “pensar o Estado” sem “assumir um pensamento de Estado” (Bourdieu, 1996, p. 91), quando, nas suas marcas de origem e de perpetuação, está o trabalho de juristas, filósofos, cientistas políticos, governantes, burocratas... Esses “pensadores” e “práticos” detêm os meios operantes de fabricação/transmissão de teorias (racionalizações) sobre a sua existência e imprescindibilidade para determinados fins. Todavia, não

---

<sup>18</sup> O curso ministrado por Bourdieu no Collège de France, especialmente nos primeiros anos (1981-1982), sistematiza em linhas gerais o esquema de análise das instituições, das representações e dos porta-vozes. Ver na forma de livro póstumo (Bourdieu, 2015).

têm as condições de perceber os fundamentos históricos e sociais do seu próprio interesse na “instituição” e das explicações que professam.

O *exercício de dúvida radical* com relação às representações instituídas sobre o Estado é indispensável para tentar transpor os obstáculos epistemológicos que se impõem. Lacroix (1985) nos arma contundentemente, em primeiro lugar, contra as limitações derivadas das definições genéricas e universalizantes, que andam de mãos dadas com a representação do Estado como formação coesa, isolada e homogênea. E uma socio-história das pluralidades de trajetórias dos Estados-nações revela as peculiaridades das acomodações estatais e o quanto são impactadas por configurações instáveis de forças internas e com as demais nações. Em segundo lugar, o autor nos previne quanto às tendências reificantes de projetá-lo como entidade que age de forma uníssona e orientada por funções essencializadas/essencializadoras (como promover: integração social; garantia da vida ou da propriedade; o bem comum; a reprodução da classe dominante; a justiça social; o desenvolvimento econômico etc.). Dessa maneira, é válido concebê-lo, inseparavelmente, como organização administrativa, de representação e de produção de representações (sobre a vida social em geral, sobre o próprio Estado e a política) especialmente passíveis de serem apreendidas nas tomadas de posição e de decisão em seu nome, que envolvem conflitos, alianças e negociações, interesses de grupos e toda a sorte de transações com impactos práticos e simbólicos.

Então, como a noção de Estado não é autoexplicativa, precisamos, no mínimo, discernir seu sentido mais amplo, que remete às *trajetórias históricas* de constituição de *Estados-Nação* (com seus limites, línguas, governos, populações etc.) e seu sentido mais específico, que é aquele que designa o *campo burocrático*, nos termos bourdieusianos. E isso sem deixar de considerar que existem interdependências entre a *formação estatal* mais geral e os processos de estruturação dos profusos *campos sociais*, inclusive o *estatal* e o *científico*, o que traz desdobramentos significativos às formas de pensar nossos objetos de pesquisa, começando pelo próprio “Estado”. Portanto, como pressuposto precípua, temos que as condições singulares de delineamento dos Estados nacionais coincidem com as condições particulares de delineamento dos demais domínios sociais, como os políticos e os culturais.

Bourdieu e discípulos ancoram a ideia de *campo político* em processos de objetivação de um espaço especializado, povoado por “profissionais” que representam grupos/categorias sociais. Representantes e representados

se vinculam graças à *eficácia simbólica* das *tecnologias sociais* de *delegação* e à existência de *homologias* estruturais entre posições no microcosmo da política e no espaço social mais amplo.<sup>19</sup> Correntemente usado de forma metafórica, o *campo* corresponde ao processo histórico de instauração de uma ordem social diversificada e abrange a consolidação de práticas legitimadas e legitimadoras, com incidência, inclusive, nos critérios espontaneamente aplicados para avaliar níveis de politização dos indivíduos e prescrever papéis aos *mandatários legítimos*. Isto é, com a institucionalização da democracia representativa e dos artigos democráticos (disponíveis a ininterruptas invenções, reinterpretações e apropriações), em certas configurações centrais (como a francesa) é possível verificar a naturalização desses requisitos ao ponto de servirem como substrato aos juízos e condutas, que instituem simbolicamente as fronteiras da política. Logo, servem de parâmetro amplamente incorporado e traduzido nas apreciações (morais) sobre as atividades tidas como sendo propriamente “políticas” (Lagroye, 2017).

Tais aspectos, contudo, não se aplicam a todas as configurações nacionais. Realidades com outros lastros históricos e sociais de edificação/percepção das instituições e dos instituídos, mesmo que contem com ampla, intensa e constante importação dos protótipos ocidentais, não podem ser apreendidas segundo aqueles preceitos dominantes.

A importação de instituições (burocracia, parlamento, partidos, judiciário etc.) e de bússolas às práticas políticas legítimas (voto, militância, intervenções intelectuais etc.) provocaram, em determinados contextos, *efeitos de hibridação* com códigos autóctones, criando arranjos típicos na forma de conceber a política ocidental fora do seu leito de origem (Badie & Hermet, 1993). A questão é de como analisar essas dinâmicas sem cair nas armadilhas de acareá-las com arquétipos canonizados, seja para detectar “falhas”, “ausências”, “incompletudes” ou “carências”, seja para reivindicar sua “singularidade”, “extraordinariedade”, “inventividade” etc.<sup>20</sup> Parece profícuo, então, examiná-las no seu plano de singularidade, tentando desviar das artimanhas do pensamento analógico e normativo, mas não desconsiderando os fluxos de trocas e transações assimétricas no plano inter-/transnacional.

---

<sup>19</sup> Não é ocasional que o principal texto de formulação do conceito produzido por Bourdieu (1989c) tenha como título *A representação política*, sucedido pelo subtítulo: *Elementos para uma teoria do campo político*. A pressuposição de que o jogo político funciona fundamentalmente sob a lógica da representação é incorporada pelo autor na estratégia de nomeação do seu artigo.

<sup>20</sup> Ver argumentos em Dobry (1996) e Coradini e Reis (2012).

Esses aspectos não devem ser levados em conta apenas nos estudos com recortes nas práticas, domínios e representações sobre “a política” e dos seus “profissionais”. Eles se aplicam igualmente aos demais domínios sociais, incluindo o científico e, sob a sua guarida, à sociologia e demais disciplinas.

Em quase todos os lugares, a gênese das ciências sociais guarda relações umbilicais com o poder político, justificando-se por produzirem saberes úteis ao comando dos Estados nacionais emergentes. Acontece que, em alguns países centrais, elas conseguiram não só se institucionalizar como disciplina universitária, mas também conquistar reconhecimento profissional e relativa independência das medidas “mundanas” de avaliação (qualificação/detração). O problema é que isso não se aplica a todas as tradições nacionais (Heilbron, 2009, p. 306-307).

Sabe-se que Bourdieu não renunciou à crença de que o conhecimento sociológico é tanto mais eficiente quanto mais próximo da lógica de funcionamento de um *subcampo* de produção científica restrita, dotado da maior autonomia possível. A pergunta é como seguir essa instrução em situações nas quais há a persistência das injunções dos poderes temporais e vulnerável objetivação dos critérios de hierarquização do trabalho científico, atingindo, no mesmo golpe, a viabilização de condições de independência relativa e o regime dos corretivos/recompensas infligidos sobre aqueles e aquelas “fora da ordem”.

Além de uma dose de resiliência, impõe-se a reflexividade sobre as condições de exercício da ciência social como parte da construção dos objetos, assim como sobre os entornos que condicionam as práticas. Desse modo, tentar despertar a benéfica preocupação em problematizar a projeção direta do modelo analítico estrangeiro (sem abdicar de utilizá-lo como instrumento eficaz) e os constrangimentos das tradições disciplinares das quais fazemos parte (sem deixar de a elas pertencer).

## Políticas públicas e problemas sociais

Entre as condições de afirmação do Estado como “ideia” e como “coisa” (Lacroix, 1985), estão a conquista progressiva do monopólio da violência (conforme o achado weberiano), a concentração fiscal e de emissão da moeda (ampliação elisiana), e a monopolização da informação por meio da transmissão escolar e pelo controle de mecanismos de registros, coletas

de informação, estatísticas etc. (acréscimo bourdieusiano). Nisso reside, segundo Bourdieu (1996), o seu *metacapital*, distribuído em um *metacampo*, formado por agentes (indivíduos e instituições) que servem o Estado e têm seus (auto) reconhecimentos e posições dependentes disso. Eles formam o que seria um *campo burocrático* ou da função pública, que não se sustenta unicamente na crença ou ética baseada na sua competência e dignidade. Seus agentes têm interesse (material e simbólico) de investir e agir sobre o postulado universal estatal.

Assim, um dos princípios que corta “o campo da função pública e que orienta as grandes ‘escolhas políticas’” emerge justamente da tendência dos funcionários em “afirmar e defender sua existência defendendo a existência dessas organizações e trabalhando para a realização dessas funções” (Bourdieu & Christin, 1990, p. 66). O que nos leva a pensar sobre a estruturação dos quadros administrativos do Estado: como se hierarquizam, quais os suportes da sua autoridade, prioridades e percepções. Esses aspectos são imprescindíveis à compreensão das deliberações e das políticas públicas conduzidas. Ao que se adiciona a importância de captar, de um lado, “o estado das representações sociais, implícitas ou objetivadas em leis ou regulamentos, que exigem que determinados serviços sejam tidos como insubstituíveis”; e, de outro lado, atentar às condições imperfeitas “ou falhas na concorrência e na lógica de mercado”, que podem interferir na forma como uma população ou categorias percebem as “necessidades legítimas” à distribuição de recursos públicos (p. 66).

No cerne de algumas das principais perspectivas de análise dos problemas públicos em voga nas ciências sociais de viés bourdieusiano – e opostas às visões jurídicas e tecnocráticas do *standard* recorrente de análise das tomadas de decisão – estão exatamente as representações acerca das questões sociais, suas consequências e soluções. Para apreendê-las, cumpre, em uma direção, perquirir os quadros de percepção dos “problemas” sobre os quais se debruçam e as prescrições recomendadas, numa moldura de conformidades entre agentes variados e seus postos. E, em outra, desmodular o papel exercido por uma série de intermediadores, porta-vozes de grupos de interesses, intelectuais, *experts*, lideranças de movimentos sociais e atores estatais, bem como das elites dirigentes.

Ao tratamento sociológico dos problemas sociais alvos da intervenção estatal, Lenoir (1996) sugere, de imediato, a identificação das categorias

pré-construídas (representações coletivas instituídas) sobre as quais se erigem, para, assim, examiná-las como produto de transformações sociais objetivas do espaço social mais amplo, que caucionam sua existência como evidência e, particularmente, como “problema”. Os tensionamentos, sociabilidades e transmissões sensíveis (re)criam seus significados, outorgam-lhes reconhecimento e fornecem arrimos de legitimidade. E o trabalho de intermediários política e culturalmente bem-posicionados, encarregados de detectá-las e interpretá-las, protagonizam sua paulatina institucionalização nos trâmites do Estado.<sup>21</sup>

Desse modo, um conjunto de procedimentos analíticos se faz necessário para entender o “berço” das políticas de Estado (e, até, suas condições de eficácia), que não se limitam a admitir que os problemas sociais não existem por geração espontânea. É preciso aceitar, na primeira instância, que elas dependem da intervenção, coordenada ou não, de uma multiplicidade de agentes (individuais ou coletivos) e arenas, que estão concatenados como *forças reticulares* (Elias, 1999) em ação, e disponibilizam trunfos convenientes de batalha. Sendo assim, podemos esquadrihar: redes de alianças; cadeias de rivalidades; bases pessoais, sociais, profissionais, partidárias, ideológicas etc.; e os repertórios de intervenção agilizados. Por esse intermédio, podemos reconstituir as trajetórias de afirmação de problemas públicos (afirmados no espaço do debate público e no âmbito do poder público-estatal) e os meios acionados por empresas e empreendedores mobilizados. Os mesmos procedimentos se aplicam ao intuito de compreender como certos grupos ou categorias sociais respondem às ingerências públicas e, por essa via, participam do trabalho coletivo de criação, polimento e reverberação das questões sociais.

Portanto, outra postura de caráter epistemológico de uma *sociologia política* impulsionada pelo referencial bourdieusiano é aquela que assume a necessidade de objetivar a objetivação de categorias de classificação do mundo social: profissões, sexo, raça, etnia, regiões etc. Isso significa considerá-las não apenas como resultado de enfrentamentos históricos e sociais, mas como bens pleiteados por agentes com os mais diversos interesses (inclusive desinteresse) em redefini-las. Enquanto móveis de luta, essas taxonomias animam debates entre políticos, ativistas, acadêmicos

---

<sup>21</sup> Seguidos de perto nos estudos primorosos conduzidos por Neveu (2015), Duval (2020) e Dubois (2020).

e intelectuais, muitos deles inseridos em combates militantes ou técnicos em torno de políticas públicas. Desse modo, é importante manter alguma vigilância para não as perceber como dadas e pré-existentes, curvando-se ao olhar substancialista ou essencialista. E, se o desejo é de tomá-las como o próprio objeto de investigação, isso significa exatamente desconstruir seus sentidos de autoevidência para, assim, reconstituir os processos de sua institucionalização.

Por fim, há de se considerar circunstâncias marcadas pela baixa autonomização dos espaços de formulação e pela precária continuidade dos profissionais e dos amparos institucionais de formulação/aplicação de políticas públicas. A histórica dependência econômica e cultural, em algumas sociedades, pode ser constatada na preponderância das estratégias de “importação” e “adaptação” de referenciais exógenos. O que se traduz no frágil enraizamento de princípios universais, em superposições de lógicas e em descontinuidades na “invenção de problemas e de respectivas ‘soluções’, que vão surgindo conforme o estado das relações de força na dominação social e política” (Coradini, 1994, p. 492).

O ponto de partida sugerido é, então, assumir a dupla tarefa de vislumbrar como problemas sociais se afirmam como problemas políticos oficiais e como ações políticas institucionais afetam os demais domínios sociais. Ao que, adicionamos, com inspiração nas proposições de Coradini (1994), interrogações sobre como amalgamentos políticos, sociais e culturais estruturantes configuram domínios precariamente institucionalizados, perpassados pelas mesmas problemáticas legítimas e agenciados por agentes autorizados por estruturas semelhantes de recursos (origens e prestígios sociais, redes de relações, ocupação de posições de políticas-administrativas, identificações militantes, entre outros).<sup>22</sup>

## Partidos e eleições

Sob a mesma coleção de coordenadas, outro tema canônico a ser visitado são as ações coletivas em geral e as dos partidos políticos, em particular. Junto com a afirmação do Estado moderno ocidental e democrático, os partidos se posicionaram no centro da vida política, cristalizando-se como

---

<sup>22</sup> Seguimos nessa trilha para compreender as bases sociais e culturais de afirmação de parlamentares brasileiros com carreiras políticas relativamente longevas; ver Grill e Reis (2016).

forma de organização e expressão dos interesses coletivos por excelência. Todavia, as representações instituídas sobre esse “ator” central da democracia representativa renovam questões rotinizadas e objetos pré-construídos. E, por conseguinte, alimentam o prisma normativo (comungado por acadêmicos e jornalistas) e jurídicista, que os reifica como personalidade moral, dotada de vontade e realidade, existência unificada e funções pré-definidas como universais (Offerlé, 1987).

As tantas tipologizações oferecidas sobre os partidos – cujas edificações se respaldam ora nas suas vinculações com as clivagens sociais, ora nas estruturas organizacionais –, ramificaram-se em oposições entre abordagens externalistas e internalistas (Offerlé, 1987; Sawicki, 2013). Na primeira linha, são os fatores exógenos que determinam a formação, constituição e rumos das organizações. A ênfase recai sobre os condicionantes externos que agem sobre as dinâmicas internas, englobando desde dados institucionais (número de partidos; programas partidários em concorrência; modos de escrutínio etc.) até os mais societários (alinhamentos com grupos ou categorias sociais; financiadores; *background* social dos seus dirigentes, candidatos/as, militantes, cabos eleitorais e eleitores/as etc.), passando por correlações/intersecções com domínios de engajamentos militantes existentes no seu entorno.<sup>23</sup>

Na segunda linha, importam as características internas mais imediatamente visíveis: estrutura formal (organograma) e jurídica (estatuto); rotulações (“sigla”, “partido”, “aliança”, “federação”, “movimento”, “liga”, “frente”, “força” etc.); e marcações ideológicas (às vezes remarcadas nas nomeações, como “trabalhista”, “liberal”, “nacionalista”, “socialista”, “comunista” etc.). Sendo menos enfocados os aspectos estruturantes, como os recursos disponibilizados às organizações; a divisão do trabalho político conforme os perfis e posições na hierarquia interna; os critérios endógenos de afirmação e de ascensão, que pesam sobre as carreiras políticas; as disputas por indicadores de excelência política;<sup>24</sup> e assim por diante (Offerlé, 2009).

Mais do que a conjunção entre essas duas “entradas”, a *sociologia política* colocada em pauta procura abarcar as lógicas e os mecanismos que presidem

---

<sup>23</sup> Nessa linha, Sawicki (1997), por intermédio da operacionalização das noções de *trajetória e rede*, examinou comparativamente as relações historicamente consolidadas entre o Partido Socialista francês e outros setores e organizações em três departamentos daquele país.

<sup>24</sup> A exemplo da sistematização e operacionalização feita por Collovald (1985) de um conjunto de indicadores pertinentes para pensar as lógicas do recrutamento no âmbito do Partido Socialista da França, no momento de chegada da organização partidária à presidência da República naquele país.

configurações (relações de concorrência, trocas e aproximações) formadas por organizações coletivas (posicionadas segundo seus recursos) e seus agentes (dirigentes, funcionários e militantes igualmente posicionados conforme seus trunfos). Conjuga-se a isso a atenção às cadeias de interdependências que se estendem dos universos especializados na mobilização política e eleitoral em direção aos “profanos” (eleitores).<sup>25</sup>

Os trabalhos dedicados a investigar as relações entre profissionais da política e os eleitores (ou entre *indivíduos politicamente ativos e passivos*, nos termos propostos por Weber) não devem ignorar a incidência dos determinantes econômicos e sociais sobre a hierarquização/distinção entre especialistas e sobre as condições de apropriação da *problemática política legítima* entre os leigos. Tal como Bourdieu frequentemente executou para outros domínios, novamente observamos que a caracterização dos agentes segundo os meios detidos, renovados e aplicados à intervenção no espaço político (como empreendedores responsáveis pela oferta política ou como consumidores de bens simbólicos e materiais ofertados), é medular à análise sociológica da política, em geral, e dos comportamentos eleitorais, em especial. Por esse intermédio, podem ser identificadas disposições e posições dos envolvidos e colocados em xeque, por exemplo, os pressupostos do voto como “escolha” individual (autônoma, racional, soberana...), universalizados pelo “credo democrático”.

Estudiosos dos processos de seleção eleitoral com influência bourdieusiana<sup>26</sup> propõem a construção do espaço político como um *mercado de trocas*, no qual os produtos (discursos, ideologias, programas de políticas públicas, serviços, biografias pessoais etc.) são litigados e disponibilizados aos consumidores (eleitores) por empreendedores individuais (políticos profissionais) e coletivos (partidos). É nítida a analogia com a linguagem econômica, que dá continuidade à tradição weberiana e, em certa medida, schumpeteriana. Noções como *investimento*, *interesse* e *retribuição* são utilizadas, no entanto, não para indicar práticas ou fins essencialmente pragmáticos, utilitaristas e instrumentais, acionados por indivíduos capazes

---

<sup>25</sup> No Brasil, análises de profissionais da política com base no esquema analítico formulado por Bourdieu foram feitas no trabalho pioneiro de Sergio Miceli (1981), nas contínuas pesquisas desenvolvidas por Coradini (2001), nos estudos de Canêdo (2024), Bordignon (2017), Grill (2013) e Barreira (1998).

<sup>26</sup> Com destaque para Gaxie (1993) e Offerlé (1987), que sistematizaram um modelo de interpretação retomado por muitos discípulos.

de tomar decisões movidos por conteúdos fixos e mais ou menos aptos a controlar os seus resultados. Vejamos.

Para o raciocínio instrumental, a lógica econômica é tomada como matriz única e universal da economia das práticas políticas. No limite: empresários políticos visariam apenas conquistar clientelas, e os eleitores estariam disponíveis aos benefícios frente a oportunidades de negociar suas adesões ou votos. Contudo, as escolhas e rendimentos almejados precisam ser apreendidos como sendo forjados nos intercâmbios entabulados em cadeias de relações, sentidos e compromissos. Isso significa atinar, de um lado, à existência de *homologias estruturais* entre empresas, representantes, militantes, cabos eleitorais e eleitores, socialmente situados segundo volumes e estruturas de capitais. E, de outro lado, às lógicas subjacentes e aos mecanismos fundantes do trabalho de representação política e da política. Como, por exemplo, as posturas de denegação de interesses e justificação dos comportamentos em nome de causas, valores, ideologias, crenças e abnegações altruístas.

Outra vez, o potencial heurístico do esquema não deve servir de álibi para transplantes desorientados. Partidos, votos, relações entre profissionais e profanos mudam de significados no tempo e no espaço. E, em outras tradições nacionais, as atividades políticas podem suceder predominantemente por intermédio de organizações que só aparentemente coincidem com as *instituições* descritas a partir dos tipos ocidentais de partidos e suas explicações derivativas. Como modelos dominantes, eles são regularmente tomados como parâmetros avaliativos sem as devidas intermediações à explicação de ocorrências discrepantes, cujos elementos incisivos dos seus arranjos e ajustes são eventualmente desprezados ou tidos como residuais.

A importação de enquadramentos conceituais, normativos, jurídico-institucionais e sociais exógenos por interessados das e nas dinâmicas *extraocidentais* (Badie & Hermet, 1993) pode levar a que sejam negligenciados fatores originais. Em primeiro lugar, existem diferenciados e decisivos empreendimentos coletivos de mobilização eleitoral, constituídos na forma de agrupamentos intrapartidários ou interpartidários, que são ordenados a partir de *alianças diádicas* (pessoais) verticais e horizontais, instáveis e dependentes de relações de reciprocidade.<sup>27</sup> Em segundo lugar, há fartos modos de

---

<sup>27</sup> Tão bem demonstrados por Bailey (1969), Mayer (1977) e Landé (1977), nos estudos sobre contextos não ocidentais.

estratificação social de políticos e de eleitores, nos quais honra/estima pessoal, notabilidades (reputações individuais), recursos políticos pessoais, redes de relações e investimentos/reconhecimentos culturais personificados, entre outros, sobrepõem-se às formas institucionalizadas de *capital político* (que acompanham o fortalecimento dos partidos em outras realidades históricas) e ao pertencimento a frações de classe (no mercado econômico e nas relações sociais de produção).<sup>28</sup> E, em terceiro lugar, os sentidos atribuídos à política e ao voto são baseados em uma multiplicidade de lógicas que derrubam tanto as expectativas de comportamentos eleitorais orientados por “escolhas racionais” quanto aquelas que projetam *efeitos de homologias* (possíveis correspondências entre posições no espaço de representação e no espaço social mais amplo das classes e das frações de classes).

Desse modo, em estudos sobre eleições (municipais ou estaduais), poderes legislativos (câmaras de vereadores, assembleias legislativas dos estados ou congresso nacional) e “militâncias” as mais diversas, é imperativo entender como os papéis políticos, assim como as regras e as competências exigidas aos seus especialistas, são engendrados segundo o jogo da ordenação social. E, assim, descortinar como princípios de hierarquização social e princípios de hierarquização política se cruzam ou são organicamente consubstanciados. Coradini (2017) alertou que, nessas condições, as relações com a política e as formas de expressá-la discursivamente podem ser, por um lado, mais ambivalentes e, por outro, definir-se segundo normas vigentes em dinâmicas específicas de interações (processos eleitorais, burocracias, organizações militantes etc.). Em que pese a inexistência de um referencial universal do que seja a “ordem política” (à semelhança da edificação dos governos representativos no ocidente), não podemos, por certo, denegar o afinco de uma matriz de referência na qual as atribuições políticas se justapõem às relações pessoais e à ativação de atributos personificados como recursos de luta capitais. Além disso, a maior indiferenciação entre os âmbitos de ação e seu caráter plástico ou polimorfo torna as vias de transitividades entre a vida política profissionalizada e outros domínios de atuação (sindicatos, movimentos estudantis, religiosos, culturais, populares) muito mais dependentes das *multiposicionalidades*, *multidisposicionalidades* e da *multinotabilidade*.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Ver o balanço de estudos sobre o “mundo mediterrâneo” feito por Davis (1977) ligando modos de estratificação social e de representação política.

<sup>29</sup> Como desenvolvemos em outros textos (Grill & Reis, 2016; Reis & Grill, 2023).

## Empreendedores de causas

Outra alternativa promissora é analisar organizações políticas como *grupos de interesse*, que dispõem igualmente da capacidade de ingerência nas decisões e representações públicas, assim como interferem na produção de problemáticas legítimas. Articulações coletivas desse gênero se distinguem daquelas encontradas nos setores estatais, partidários, nos movimentos sociais e nos domínios acadêmicos, no entanto, mantendo cooperações com esses meios e adotando *modus operandi* semelhantes. São *empreendedores em/da representação* com características multidimensionais, cujos repertórios de intervenção não são adstritos às formas clássicas de ação coletiva (Offerlé, 1998). Por essa razão, oportunizam captar o trabalho político contínuo operado por especialistas que ativam suas próprias inscrições pessoais, bem como bases identitárias e organizacionais, constituídas no histórico de afirmação de categorias e de problemas sociais. É com esse engajamento que eles fazem existir publicamente determinados grupos e, ao mesmo tempo, assumem a condição de seus porta-vozes.

Intervindo em diferentes arenas de afrontamentos, agentes envolvidos nesses embates, com distintos graus e fontes de autoridade, mobilizam-se em torno de certas bandeiras de luta. E, por meio dos seus investimentos práticos e simbólicos, colaboram com a construção dos problemas sociais debatidos, publicizados e legitimados como questões relevantes. Não sendo inabaláveis os jogos e os jogadores, há redefinições das práticas e dos sentidos sobre a “política” ou sobre o “jogo político” que, evidentemente, incidem na realocação dos lugares de intervenção e dos agentes autorizados a tomar posições politicamente legítimas. Hodiernamente, há uma profusão de questões que interpelam porta-vozes (indivíduos, personalidades, empresas etc.) dos muitos domínios sociais, em múltiplos níveis e escalas (local, regional, nacional, inter- ou transnacional).<sup>30</sup>

A reflexão, então, converge com as investigações sobre a “participação duradoura em uma ação coletiva que vise a defesa ou a promoção de uma causa” (Sawicki & Siméant, 2011, p. 201). Entra em cena uma *sociologia política* dos engajamentos militantes, desenvolvida com os mesmos preceitos da agenda aplicada ao estudo das *instituições*, das *representações*, do Estado, dos partidos e das políticas públicas. Nesse canteiro, podemos

---

<sup>30</sup> Seguimos nessa linha em Reis e Grill (2023).

pensar igualmente em um programa de pesquisa multicamadas, no qual concatenamos, notadamente, três conjuntos de interrogações. No primeiro, situamos os *militantismos* em momentos históricos, sociais e políticos, pois eles informam as *problemáticas* e os *repertórios legítimos* de intervenção. Este demanda atenção ao curso das mutações sociais mais amplas que propiciam a eclosão ou recomposição de categorias sociais em condições de reclamarem por defasagens, expulsões, desequilíbrios, interdições etc., de ordem material e valorativa, configurando confluências entre contextos de ação instituídos e os investimentos práticos e simbólicos efetuados pelos agentes interpelados.

No segundo, pensamos em como essas circunstâncias colaboram no êxito de certos grupos, organizações ou movimentos na representação de interesses, no sentido amplo, pois elas estão ligadas a diferenciações objetivamente existentes no espaço social. De qualquer modo, é preciso considerar a *força* das categorias sociais mobilizadoras e dos problemas mobilizados, significativamente indicada pelas posições institucionais detidas e pelas relações tecidas com agentes e setores do Estado, do Parlamento, dos partidos etc. Vale acrescentar a importância de se examinar o grau de institucionalização das organizações militantes voltadas a reivindicações, por meio da localização das: *oportunidades de profissionalização* de militantes e dos meios coletivos de intervenção acumulados (sedes e subvenções ao reconhecimento desfrutado pelo nome ou sigla); causas em nome das quais falam, examinando o quão estão legitimadas no espaço público, quer dizer, entre políticos, intelectuais, jornalistas e cidadãos, enfim, no que convencionou chamar de “opinião pública”; *repertórios de ação e modalidades de intervenção* instituídos, que elas são capazes de engrenar.<sup>31</sup>

De forma encadeada, no terceiro, focalizamos disposições, processos de socialização, investimentos escolares e profissionais, retribuições extraídas (não necessariamente materiais), construções identitárias ou o agenciamento de pertencimentos, redes de relações tecidas. Ao cabo, temos uma heterogeneidade de perfis sociais, domínios de atuação e construção de carreiras, que podem entrar em concertação com modalidades de intervenção que respondem a: interpelações mais conjunturais ou episódicas à mobilização coletiva; investimentos contínuos e exigentes em causas e

---

<sup>31</sup> Noção de grande influência entre pesquisadores da *ação coletiva*, cunhada por Charles Tilly e bastante retrabalhada ao longo do tempo; foi ampliada e aprimorada por Michel Offerlé (1998).

organizações militantes;<sup>32</sup> práticas sociais engajadas (como as “culturais”), prenhes de juízos “éticos” e próprias de um *ethos*<sup>33</sup> à tomada de posição sobre questões consideradas legítimas e urgentes.

Esses tipos não são excludentes nem exclusivos, mas produto e produtores da politização estruturante dos domínios sociais e de seus imbricamentos.<sup>34</sup> Dessa maneira, indica-se a ponderação sobre a porosidade dos limiares entre domínios e como afetam o caráter efêmero tanto dos agrupamentos como das bandeiras defendidas, além da própria hierarquização das posições desigualmente ocupadas.

## Considerações finais

Para evitar disjunções arbitrárias, que obstaculizam a apreensão dos tantos e irremediáveis amálgamas que formam as maleáveis configurações sociais, foram apresentadas, neste artigo, algumas peças do complexo analítico hasteado em proveito da análise *relacional*, *disposicional* e *construtivista* dos fenômenos políticos, graças a gerações de pesquisadores e pesquisadoras que exploraram temas canônicos e estabeleceram os marcos de uma *sociologia política*. Foi no bojo do processo de institucionalização da ciência política na França (desde os primórdios dos anos 1970), que alguns jovens cientistas sociais aderiram ao aparato instrumental de Pierre Bourdieu e, não descartando achados de Durkheim e Elias (por exemplo), defenderam a centralidade das problemáticas sociológicas à compreensão dos fenômenos políticos, passaram a aplicá-lo e a desenvolvê-lo no estudo do Estado, das políticas públicas, dos partidos, das eleições, dos associativismos etc.<sup>35</sup>

No Brasil, os contatos com esse referencial e seus intérpretes, estimulados por oportunidades de circulação de docentes e estudantes dos dois países, demarcaram descentramentos importantes, sobretudo à delimitação de uma agenda de empreendimentos consoantes aos estudos de elites nos marcos de uma *sociologia política*. Assinalamos que, não fortuitamente, isto se relaciona à diversificação (social, institucional, regional) dos usuários do

---

<sup>32</sup> Consultar os estudos e reflexões de Gaxie (1977); Sawicki (1997); e Sainteny (1995).

<sup>33</sup> No sentido religioso constatado por Berlivet e Sawicki (1994).

<sup>34</sup> Esses encaminhamentos foram desenvolvidos em Reis (2015).

<sup>35</sup> Processo reconstituído em Grill e Reis (2025).

modelo analítico em pauta desde os 2000 e se refletiu na pluralização dos universos empíricos priorizados e nos modos não estandardizados de lidar com temas políticos canônicos. Esses norteamentos vieram acompanhados de premissas epistemológicas exigentes e suscetíveis de serem percebidas como infrações ao apreço das fronteiras disciplinares.<sup>36</sup>

São alguns alicerces das pesquisas desenvolvidas: mapear e correlacionar agentes socialmente condicionados, investidos como porta-vozes de categorias sociais ou de luta por gerenciarem repertórios de intervenção consolidados; e situar as configurações (marcadas por altos níveis de plasticidade e multidimensionalidade) de emergência, reprodução e significação de problemas sociais. E dois troncos investigativos são desdobrados. De um lado, trabalhos que examinam os domínios políticos (estatais, parlamentares, partidários, grupos de interesse etc.) ou os culturais (acadêmicos, religiosos, midiáticos, *think tanks* etc.) como espaços de relações de força e de litígios entre especialistas da manipulação de bens simbólicos, que conquistam o lugar de representantes autorizados e competentes ao manejo de representações sobre o mundo social. De outro lado, estudos que se debruçam sobre dinâmicas de construção de grupos, causas ou problemas sociais, para verificar os investimentos empreendidos por agentes (intérpretes, intermediadores, porta-vozes) alocados em múltiplos domínios da vida social. Esses, esteados em seus respectivos recursos de autoridade, são responsáveis por *discursos performáticos*, que auxiliam na produção da “realidade” dessas coletividades (sua aparência de evidência e seu reconhecimento).

Não por acaso, os expedientes de análise voltada à compreensão de domínios especializados na produção da representação (no duplo sentido) convergem. Quer dizer, é imperioso combinar a investigação dos processos de invenção de categorias de luta com o tratamento relacional das propriedades sociais dos agentes responsáveis pela objetivação das mesmas, situando-os à luz das transformações morfológicas da sociedade e de estruturação do espaço de poder.

Os enormes desafios enfrentados na operacionalização de uma *sociologia política* nesses moldes não advêm, portanto, tão somente da habilidade em combinar tradições (sub)disciplinares díspares. A franquia paga pelos usuários desse esquema analítico é a de propor dimensões de análise

---

<sup>36</sup> Como mostrado em Grill e Reis (2025).

pertinentes aos objetos de estudos, mas que estão reservadas a áreas de conhecimento desconectadas por disputas entre disciplinas e por conta da tendência à hiperespecialização dos/as pesquisadores/as. Por isso, aparentemente, uma das tarefas incontornáveis do trabalho de objetivação sociológica, arroladas nas seções deste artigo, é advogar pelo diálogo disciplinar em favor da pesquisa em *sociologia política*.

## Referências

- Badie, Bertrand, & Hermet, Gui. (1993). *Política comparada*. Fondo de Cultura Económica.
- Bailey, Frederick G. (1969). *Stratagems and spoils: a social anthropology of politics*. Basil Blackwell.
- Barreira, Irllys. (1998). *Chuva de papéis*. Relume Dumará.
- Berlivet, Luc, & Sawicki, Frédéric. (1994). La fois dans l'engagement : les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre. *Politix*, (27), 111-142. [https://www.persee.fr/doc/polix\\_0295-2319\\_1994\\_num\\_7\\_27\\_1866](https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_1994_num_7_27_1866)
- Bezerra, Marcos O., & Grill, Igor G. (2017). Antropologia, política e Estado. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, 14(7), 11-15. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p11-15>
- Boltanski, Luc. (1982). *Les Cadres: la formation d'un groupe social*. Minuit.
- Bordignon, Rodrigo R. (2017). Recrutamento e modalidades de entrada na carreira política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998-2006). *Revista Política e Sociedade*, 16(35), 351-379. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p351>
- Botelho, André. (2011). Political Sociology. *Sociopedia.ISA*.
- Bourdieu, Pierre. (2020). Estratégias de reprodução e modos de dominação. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, 17(33), 21-36. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n33p21-36>
- Bourdieu, Pierre. (2015). *Sociologie générale*. Seuil.
- Bourdieu, Pierre. (2009). *Sur l'État*. Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1996). Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In P. Bourdieu. *Razões Práticas* (pp. 91-135). Papyrus.
- Bourdieu, Pierre (1989a). Introdução a uma sociologia reflexiva. In P. Bourdieu. *O poder simbólico* (pp.17-58). Difel.
- Bourdieu, Pierre. (1989b). Le mort saisit le vif : as relações entre a história reificada e a história incorporada. In P. Bourdieu. *O poder simbólico* (pp. 75-106). Difel.
- Bourdieu, Pierre (1989c). A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In P. Bourdieu. *O poder simbólico* (pp. 163-208). Difel.

- Bourdieu, Pierre, Chamboredon, Jean-Claude, & Passeron, Jean-Claude. (2004). *O ofício de sociólogo*. Vozes.
- Bourdieu, Pierre, & Christin, Rosine. (1990). La construction du marché. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (81-82), 65-85. <https://doi.org/10.3406/arss.1990.2927>
- Braud, Philippe (2006). *Sociologie Politique*. LGDJ.
- Canêdo, Letícia B. (2024). *Transmissão familiar do poder político*. Ateliê editoria.
- Collovald, Annie. (1985). La république du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés socialistes. In P. Birnbaum (org.). *Les elites socialistes au pouvoir – 1981-1985* (pp. 11-52). PUF.
- Coradini, Odaci L. (2017). A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. *Política e Sociedade*, 16(5), 36-75. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p36>
- Coradini, Odaci L. (2001). *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Relume Dumará/UFRJ.
- Coradini, Odaci L. (1994). “Crise” conjuntural das políticas “sociais” ou de referenciais? *Ensaio FEE*, 15(2), 489-501.
- Coradini, Odaci L., & Reis, Eliana T. dos. (2012). Transações culturais, intelectuais e as Ciências Sociais. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, 9(17), 9-17.
- Costa, Luís D., Codato, Adriano, Perissinotto, Renato M., & Massimo, Lucas. (2021). Sociologia política, sociologia da política e ciência política: três abordagens sobre as elites parlamentares brasileiras. In M. Batista et al. (org.). *As teorias e o caso* (pp. 99-142). EdUFABC.
- Cot, Jean Pierre, & Mounier, Jean Pierre. (1976). *Para uma sociologia política*. Livraria Bertrand.
- Davis, John. (1977). *Antropología de las sociedades mediterráneas*. Anagrama.
- Dubois, Vincent. (2020). Construire l'action publique comme objet sociologique. In L. Pinto (org.). *La construction d'objet en sociologie* (pp.73-86). Éditions du Croquant.
- Dobry, Michel. (1996). *Sociologie des crises politiques*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Dulong, Delphine. (2021). *Premier ministre*. CNRS Editions.
- Duval, Julian. (2020). Retour sur une déconstruction d'objet: le ‘déficit de la sécurité sociale’. In L. Pinto (org.). *La construction d'objet en sociologie* (pp.123-140). Éditions du croquant.

- Elias, Norbert. (1999). *Introdução à Sociologia*. Edições 70.
- Elias, Norbert. (1997). *Envolvimento e distanciamento*. Dom Quixote.
- Engelmann, Fabiano. (2017). Para uma sociologia política das instituições judiciais. In F. Engelmann (org.). *Sociologia política das Instituições Judiciais* (pp. 17-38). CEGOV/UFRGS.
- Fauconnet, Paul, & Mauss, Marcel. (2001). Sociologia (1901). In M. Mauss. *Ensaio de Sociologia* (pp.3-33). Editora Perspectiva.
- Gaïti, Brigitte. (2006). Entre les faits et les choses : la double face de la sociologie politique des institutions. In B. Lacroix (org.). *Les formes de l'activité politique: éléments d'analyse sociologique XVIII-XX siècle* (pp. 39-64). PUF.
- Gaxie, Daniel. (1993). *La démocratie représentative*. Montchrestien.
- Gaxie, Daniel. (1977). Économie des partis et rétributions du militantisme. *Revue Française de Science Politique*, 27(2), 123-154. [https://www.persee.fr/doc/rfsp\\_0035-2950\\_1977\\_num\\_27\\_1\\_393715](https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1977_num_27_1_393715)
- Goffman, Erving (1999). *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva.
- Grill, Igor G., & Reis, Eliana T. dos. (2025). Da sociologia do espaço do poder na França aos estudos de “elites” no Brasil: circuitos de trocas “bourdieusianas”. *Estudos de Sociologia*, 30(1), 187-219. <https://doi.org/10.52780/res.v30iesp1.18752>
- Grill, Igor G. & Reis, Eliana T. dos (2016). *As elites parlamentares e a dupla arte de representar*. Editora da FGV.
- Heilbron, Johan. (2009). Les sciences humaines et sociales entre nationalisme et internationalisme. In G. Sapiro (org.). *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation (XIX-XXI siècle)* (pp. 301-317). La Découverte.
- Heilbron, Johan. (2004). A regime of disciplines: Toward a historical sociology of disciplinary knowledge. In C. Camic & H. Joas (org.). *The dialogical turn: New roles for sociology in the postdisciplinary age* (pp. 23-42). Rowman & Littlefield.
- Lacroix, Bernard. (1985). Ordre politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique. In M. Grawitz & J. Leca. *Traité de science politique: la Science Politique* (vol. 1, L'Ordre Politique, pp. 469-565). PUF.
- Lagroye, Jacques. (2017). Os processos de politização. *Revista Política e Sociedade*, 16(37), 18-35. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p18>

- Lagroye, Jacques. (1997). *Sociologie Politique*. Presse de Sciences Po Dalloz.
- Lagroye, Jacques, & Lacroix, Bernard. (1992). *Le président de la République: usages et genèses d'une institution*. PFSNP.
- Lagroye, Jacques, & Offerlé, Michel. (2011). *Sociologie de l'institution*. Belin.
- Landé, Carl. (1977). Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. In S. Schmidt et al. (org.). *Friends, followers and factions: A reader in political clientelism* (pp. 506-510). University of California Press.
- Lenoir, Remi. (1996). Objeto sociológico e problema social. In P. Champgne et al. (org.). *Iniciação à Prática Sociológica* (pp. 59- 106). Vozes.
- Marx, Karl, & Engels, Friedrich. (1993). *A ideologia alemã*. Hucitec.
- Mayer, Adrian C. (1977). The Significance of quasi-group in the study of complex societies. In S. Schmidt et al. (org.). *Friends, followers and factions: A reader in political clientelism* (pp. 43-54). University of California Press.
- Miceli, Sergio. (1981). Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In B. Fausto (org.). *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano* (pp. 557-597). Difel.
- Muel-Dreyfus, Francine. (1983). *Le métier d'éducateur*. Minuit.
- Neveu, Erik. (2015). *Sociologie politique des problèmes publics*. Armand Colin.
- Offerlé, Michel. (2009). Partis et configurations partisans. In A. Cohen et al. *Nouveau manuel de science politique*. La Découverte.
- Offerlé, Michel. (1998). *Sociologie des groupes d'intérêt*. Montchrestein.
- Offerlé, Michel. (1987). *Les Partis Politiques*. PUF.
- Palmeira, Moacir, & Barreira, César. (2006). Introdução. In M. Palmeira & C. Barreira. *Política no Brasil: visões de antropólogos* (pp. 9-22). Relumé-Dumará.
- Palmeira, Moacir, & Goldman, Marcio. (1996). Apresentação. In M. Palmeira, & M. Goldman (org.). *Antropologia, voto e representação política* (pp. 1-12). Contra-capá Livraria.
- Passeron, Jean-Claude. (1995). *O raciocínio sociológico*. Vozes.
- Perissinotto, Renato M. (2004). Política e sociedade: por uma volta à Sociologia Política. *Política e Sociedade*, 3(5), 201-230. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Reis, Eliana T., & Grill, Igor G. (2023). Juxtapositions de logiques et de domaines culturels et politiques dans l'État du Maranhão. *Brésil(s)*, 24. <https://doi.org/10.4000/bresils.16438>

- Reis, Elisa P. (2015). Sociologia política e processos macro-históricos. *Sociologias*, 17(38), 18-43. <https://doi.org/10.1590/15174522-017003802>
- Reis, Elisa P. (1996). Political sociology in Brazil: Making sense of history. *Current Sociology*, 44(3), 81-107. <https://doi.org/10.1177/001139296044003008>
- Sainteny, Guillaume. (1995). Militantisme et rétribution: à la recherche d'un modèle théorique. *Espaces Temps*, 57-58, 130-136. <https://doi.org/10.3406/espato.1995.3950>
- Sartori, Giovanni. (1969). Da sociologia da política à sociologia política. In: L. Seymour (org.). *Política e Ciências Sociais* (pp. 106-112). Zahar.
- Sawicki, Frédéric (2013). Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In A. Marengo (org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* (pp.14-31). Ed. UFRGS.
- Sawicki, Frédéric. (1997). *Les reseaux du Parti Socialiste*. Belin.
- Sawicki, Frédéric, & Siméant, Johanna. (2011). Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, 13(28), 200-255. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300008>
- Seidl, Ernesto, & Barreiros, Bruno. (2024). Sobre elites e instituições: caminhos de pesquisa. *Estudos Históricos*, 37(81), e20240108. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420240108>
- Weber, Max. (1987). *Economia y Sociedad*. Fondo de Cultura Económica.
- Weber, Max. (1979). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In G. Cohn (org.). *Max Weber* (pp. 79-127). Ática.

Recebido: 19 abr. 2025.

Aceito: 23 jul. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)